



PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO: O CASO DA EMPRESA-APLICATIVO UBER EM RIO BRANCO/AC

Karina Furini da Ponte¹

RESUMO

O esgotamento do modelo de produção do capital, que refletiu no seu processo de acumulação, influenciou consideravelmente no trabalho. Nesse sentido, evidenciam-se novas morfologias do trabalho a fim de atender ao processo de reestruturação produtiva do capital. São modalidades de trabalho construídas sobre a informalidade e a terceirização marcadas pela flexibilidade contratual, a precariedade salarial e o enfraquecimento dos laços sindicais. Além de novas formas de gestão interna ao setor produtivo, cresce o contingente de trabalhadores no setor de serviços, que diante do meio técnico-científico-informacional, surgem novos proletários vinculados aos serviços da era digital, como é o caso da empresa de tecnologia Uber. Sendo assim, a questão central da pesquisa é de analisar a Uber como uma forma de precarização do trabalho diante do processo de reestruturação produtiva, a partir do estudo de caso da atuação da Uber em Rio Branco/AC. Para desenvolvimento da pesquisa serão necessárias leituras e discussões sobre a centralidade do trabalho, coleta de dados em órgãos vinculados à questão (IBGE e Ministério do Trabalho) como também entrevistas com trabalhadores vinculados à empresa.

Palavras-chave: Trabalho, Precarização, Uberização.

ABSTRACT

The exhaustion of the capital production model, which reflected in its accumulation process, had a considerable influence on work. In this sense, new morphologies of work are evidenced in order to meet the process of productive restructuring of capital. These are work modalities built on informality and outsourcing, marked by contractual flexibility, precarious wages and the weakening of union ties. In addition to new forms of internal management in the productive sector, the number of workers in the service sector is growing, and in the face of the technical-scientific-informational environment, new proletarians linked to services in the digital age arise, as is the case with the technology company Uber. Thus, the central question of the research is to analyze Uber as a form of precariousness of work in the face of the productive restructuring process, based on the case study of Uber's performance in Rio Branco/AC. To develop the research, readings and discussions about the centrality of work will be necessary, as well as data collection in bodies linked to the issue (IBGE and Ministry of Labor) as well as interviews with workers linked to the company.

Keywords: Work, Precariousness, Uberization.

¹ Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: karinaponte211@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O objetivo geral do trabalho é de compreender a ofensiva do modelo neoliberal com o processo de reestruturação produtiva do capital e seus reflexos no mundo do trabalho no século XXI, tendo como estudo de caso a empresa-aplicativo Uber em Rio Branco/Ac.

Para compreender o universo da temática foi preciso ainda entender a crise estrutural do capital e os desdobramentos da reestruturação produtiva e do modelo de acumulação flexível; compreender sobre a flexibilização e precarização do trabalhador e as metamorfoses no mundo do trabalho no século XXI; discutir o avanço da informalidade e do trabalho terceirizado no Brasil e no Acre a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged); compreender o caso da empresa-aplicativo Uber como forma de precarização do trabalho diante do processo de reestruturação produtiva; entender os reflexos da pandemia da COVID-19 para os trabalhadores de aplicativo vinculados a Uber; discutir a atuação da Uber em Rio Branco tanto para os trabalhadores envolvidos como na oferta de serviços para a sociedade.

A década de 1970 marca o momento denominado de crise estrutural do capital como resultado do esgotamento e da incontrolabilidade de seu sistema de metabolismo social.

Como resposta à sua crise, o capital iniciou um processo de reestruturação produtiva a fim de garantir sua reprodução e expansão. Para isso, o trabalho passa a ter relevância significativa assumindo novas formas de exploração da atividade laboral e um elevado nível de alienação e precarização.

Nesse sentido, intensificaram os níveis de precarização do trabalho tanto a partir do aumento quantitativo de desempregados com o avanço tecnológico e o fechamento de postos de trabalho, como o avanço da terceirização, da informalidade e formas desregulamentadas de trabalho.

Com isso, a quantidade de trabalhadores por conta própria e terceirizados representa uma porcentagem significativa no estado do Acre, o que nos remete a uma das justificativas para a realização dessa pesquisa, pois através das leituras de referências sobre a temática, coleta de dados do IBGE e do Rais/Caged e entrevistas com esses trabalhadores poderemos realizar um diagnóstico da situação e das condições do emprego em Rio Branco, como também, mais especificamente, o trabalho na empresa Uber.



Além disso, a Geografia do Trabalho poderá oferecer subsídios para compreender a “dinâmica territorial do trabalho, as estruturas espaciais que lhe estão na base, em meio aos rearranjos do capital e suas diferentes formas de expressão” (THOMAZ JUNIOR, 2018), pois as dinâmicas escalares local/regional/nacional estão articuladas no nível global do capital, como é o caso da Uber de nacionalidade norte americana.

METODOLOGIA

A partir da formulação dos objetivos e da problematização da pesquisa, foi delimitado o caminho metodológico constituído por etapas e instrumentos que, juntamente com os pressupostos teóricos e categoriais, permitem apreender a práxis dos sujeitos investigados em suas dinâmicas sociais, econômicas e territoriais.

Assim, a metodologia estrutura-se em dois eixos de ações: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) entrevistas com os sujeitos.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada ao longo de todo o processo de construção da pesquisa, pois ao eleger como proposta um recorte específico da realidade, que por seus aspectos espaciais e temporais particulares somente conseguiremos apreendê-lo através de instrumentos/procedimentos que levem em consideração sua dinâmica empírica, necessário se faz dialogar permanentemente com conceitos e categorias de análises para o entendimento do objeto com a totalidade socioespacial.

Para auxiliar o processo de levantamento e estudo bibliográfico, de modo a abordar as discussões propostas, partimos de grandes eixos temáticos/conceituais, sendo: trabalho, crise estrutural do capital, reestruturação produtiva, novas morfologias do trabalho, informalidade, terceirização, uberização.

Essa etapa do levantamento de bibliografias ocorreu na Biblioteca da Universidade Federal do Acre (UFAC), na Editora da UFAC/EDUFAC, no acervo pessoal, em bibliotecas *online* de demais universidades como USP e UNESP, além de periódicos digitais da geografia e ciências afins disponíveis no Portal Capes de Periódicos.

Outra fonte importante de acompanhamento das publicações referentes à informalidade, terceirização e uberização no Brasil e no Acre foram as pesquisas constantes em *sites* e jornais digitais, o que nos possibilitou acompanhar a dinamicidade da temática em foco.

Além da pesquisa bibliográfica, houve a realização da pesquisa documental e de informações secundárias, efetuada tanto nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística (IBGE), como no Ministério do Trabalho e Emprego na plataforma da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), na busca por informações quantitativas sobre a informalidade e a terceirização no Brasil e no Acre nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, período em que a Uber se especializou em Rio Branco.

Os dados e informações coletadas em sites e revistas, como também os dados quantitativos obtidos no IBGE e no Rais/Caged serviram para compor um banco de dados setoriais, sendo: informalidade, terceirização e Uberização tanto no Brasil como no Acre.

O segundo eixo dos procedimentos metodológicos refere-se à realização de entrevistas com os trabalhadores da Uber a partir de um roteiro previamente elaborado com questões abertas e fechadas que versam sobre as condições de trabalho na atuação com a empresa-aplicativo Uber (forma de contrato, dias e horas trabalhadas, forma de remuneração, instrumento de trabalho, avaliação sobre seu trabalho, situação de trabalho frente à pandemia da COVID-19, expectativas e motivações para realizar tal trabalho).

Na amostra para a realização das entrevistas foram selecionados 10 trabalhadores e trabalhadoras que atuam na Uber e as conversas ocorreram em seu ambiente de trabalho através de corridas realizadas e com consentimento dos entrevistados.

Houve também a coleta de dados e informações na sede física da Uber em Rio Branco a fim de adquirir dados quantitativos e qualitativos sobre a empresa e suas relações trabalhistas e contratuais com os trabalhadores.

As perguntas abertas que compõem o roteiro de entrevistas foram transcritas para serem analisadas e utilizadas as falas dos entrevistados, para assim, serem analisadas e correlacionadas às discussões teóricas.

Outras atividades compõem as etapas de desenvolvimento da pesquisa como colóquios para discussão e análise das bibliografias e materiais de fontes secundárias, reuniões de trabalho com o grupo como também individual para orientação das atividades a serem executadas.

Portanto, a partir das leituras das referências bibliográficas sobre a temática, das informações obtidas através das reportagens de sites e jornais, coleta de dados quantitativos no IBGE e no Ministério do Trabalho e do Emprego e das entrevistas com os trabalhadores da Uber foi possível alcançar os objetivos propostos que culminaram na construção dos relatórios de pesquisa e as discussões aqui apresentadas.



REFERENCIAL TEÓRICO

A década de 1970 marca o momento denominado de crise estrutural do capital como resultado do esgotamento e da incontornabilidade de seu sistema de metabolismo social.

Essa crise do capital teve como principais causas a queda da taxa de lucro pelo aumento do preço da força de trabalho; o colapso do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção devido à retração do consumo em resposta ao desemprego estrutural; o crescimento da esfera financeira frente aos capitais produtivos; a concentração de capitais pelas empresas oligopolistas e monopolistas; a crise do sistema do *Welfare State* e o aumento das privatizações (ANTUNES, 2002).

Como resposta à sua crise, o capital iniciou um processo de reestruturação produtiva a fim de garantir sua reprodução e expansão. Para isso, o trabalho passa a ter relevância significativa assumindo novas formas de exploração da atividade laboral e um elevado nível de alienação e precarização.

Nesse contexto histórico-geográfico da organização econômica global, Alves (2018) salienta também que a crise do capitalismo global de 2008, como uma afirmação da crise estrutural representada pela queda na lucratividade da produção, levou a uma reorganização do capital dentro da divisão internacional do trabalho e aprofundou as taxas de exploração do trabalhador.

No Brasil, a reestruturação produtiva do capital intensificou-se a partir dos anos de 1990 com a ofensiva neoliberal somado com o modelo de acumulação flexível impondo novos padrões organizacionais e tecnológicos às empresas. Com isso, impuseram um cenário de enxugamento da força de trabalho, novas formas de gestão laboral, precariedade salarial e desregulamentações dos direitos sociais com o aumento da informalidade e da terceirização do trabalho.

A partir de 2015 há uma nova ofensiva neoliberal no Brasil com a promulgação da Lei da Terceirização 13.429/17 e a Reforma Trabalhista que vem de encontro com os anseios da classe capitalista ao aprofundar a precarização e a flexibilização do trabalhador retirando direitos sociais garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e aprofundando a exploração do trabalhador já que, segundo a Revista Fórum (2015), o trabalhador terceirizado tem menor remuneração, maior jornada de trabalho, sofrem mais riscos de acidente e perdem seu poder de negociação com o enfraquecimento das relações sindicais.

Portanto, a reestruturação produtiva do capital proporcionou uma nova morfologia do trabalho assentada sobre a informalidade e a terceirização, permeadas pela precarização e



flexibilização nas relações. Além disso, impulsionou o crescimento do setor terciário, conforme reforçado por Moreira (2016, p.59) de que “a sociedade do trabalho transforma-se na sociedade dos serviços [...] já que há uma dispensa progressiva do trabalho produtivo e um aumento correlato do trabalho improdutivo”.

Antunes (2018) corrobora ressaltando que ao mesmo tempo o proletariado industrial da era taylorista/fordista vem se reduzindo, há uma forte contratendência dada pela expansão de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras no setor de serviços, na qual denomina de novo proletariado de serviços da era digital, cujo trabalho ganhou impulso com as TICs, que conectam pelos celulares às mais diversas modalidades de trabalho.

Essa nova modalidade de trabalho no setor de serviços é configurada “sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical” (ANTUNES, 2018, p.36). É o advento de uma nova era de escravidão digital.

Nesse contexto de trabalho terceirizado, encontramos o caso da empresa de tecnologia Uber. A Uber é uma empresa privada global que se organiza através de um aplicativo que estabelece o vínculo entre trabalhador e consumidor do serviço. Em sua forma de gestão, o trabalhador realiza a atividade com seu instrumento de trabalho (o automóvel, no caso do Uber transporte de passageiros, ou moto e bicicleta no Uber Eats). Com isso, o próprio trabalhador fica responsável pelas diversas despesas e manutenção dos seus meios de transporte. Na relação com a empresa-aplicativo, a mesma oferece um trabalho desregulamentado, ou seja, o trabalhador é apenas um prestador de serviço não é um trabalhador formal da empresa, portanto, sua remuneração é de acordo o trabalho realizado e não estão assegurados os direitos sociais.

A Uber foi fundada em 2010 nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 2014 oferecendo 5 serviços, sendo 4 deles relacionados ao transporte de pessoas como o Uber X (carros compactos, com ar-condicionado e 4 portas. O preço é competitivo e uma opção ideal para locomover-se no dia a dia), Uber Juntos (esta modalidade permite que você divida a viagem com outros usuários que estão em um trajeto similar ao seu, colocando mais pessoas em menos carros), Uber Select (uma seleção de carros mais confortáveis e espaçosos por um preço um pouco maior do que o do Uber X) e Uber Black (serviço que possibilita aos usuários solicitarem viagens de alta qualidade em carros sedã, como Toyota Corolla, Ford Fusion, Volkswagen Jetta e outros, todos com bancos de couro e ar-condicionado sempre ligado), como também a Uber Eats, que é um serviço de entrega de comidas pelo qual através do aplicativo há o menu de vários restaurantes cadastrados. (UBER, 2019).



A espacialidade da Uber alcançou a cidade de Rio Branco em 2017, com o transporte de pessoas, e em 2018, o Uber Eats, e vem crescendo o número de trabalhadores vinculados a esses tipos de modalidade de serviço, como também a quantidade de usuários.

O crescimento da informalidade e dos trabalhadores terceirizados são resultado do processo de reestruturação produtiva do capital que levou a precarização e flexibilização nas formas contratuais. Nesse sentido, o desemprego e a baixa remuneração proporcionam o aumento de trabalhadores por conta própria seja como única fonte de renda, seja o trabalhador que exerce várias funções para complementar a renda familiar mensal.

Em 2017, o desemprego levou o estado do Acre a uma taxa de 56,51% de trabalhadores por conta própria, o que demonstra a superioridade da informalidade frente ao trabalho formal (AC 24 HORAS, 2019). Em 2019, segundo dados divulgados pelo IBGE nos três primeiros meses do ano (janeiro a março), a taxa de desemprego subiu de 13,1% para 18%, o que representa um universo de 64 mil pessoas desempregadas no Acre, sendo a maior porcentagem da história no estado. (RODRIGUES, 2019).

Nesse sentido, a pesquisa ofereceu subsídios para compreender a dinâmica do trabalho na capital Rio Branco/AC bem como o contexto da informalidade, terceirização e uberização no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das realização das entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras da Uber em Rio Branco/AC como também das leituras sobre a temática foi possível compreender as formas de precarização desses trabalhadores através da rotina de trabalho, formas de remuneração, problemas de saúde, a trajetória de vida e de trabalho, como também suas opiniões e contradições sobre o trabalho com aplicativo.

Sobre a questão da trajetória de vida e de trabalho dos trabalhadores de aplicativo observou-se que quase a totalidade dos entrevistados relataram a pandemia como origem de sua inserção na Uber.

Antes de adentrar no trabalho por aplicativo eram trabalhadores formais, que por conta da pandemia da COVID-19, perderam seu emprego devido ao isolamento social que a sociedade vivenciou neste período.

O entrevistado C era motorista de transporte coletivo e foi demitido, porém relata que enfrentava péssimas condições de trabalho, pois o salário sempre atrasava e tinha uma rotina exaustiva com horários que não permitia “ter uma vida social”. Assim, pondera que agora está



melhor porque “tem liberdade para escolher seu horário e consegue ficar com os filhos e trabalhar em outros horários”.

Por outro lado, em sua fala sobre o trabalho na Uber, relata níveis de exploração e extensas jornadas de trabalho, principalmente, em horários noturnos e a falta de uma seguridade social neste trabalho, já que é considerado apenas um prestador de serviços e não trabalhador vinculado à empresa.

O entrevistado D foi o único caso pretérito de trabalho informal, pois vendia produtos naturais em viagens aos municípios do estado do Acre, mas como não tinha carro fazia os percursos de táxi coletivo e com a pandemia os mesmos pararam de circular e assim, inviabilizando a continuidade de sua atividade remunerativa.

Outra realidade comum na maioria das entrevistas foi a falta do instrumento de trabalho para realizar seu trabalho no aplicativo, o que demonstra que alguns entrevistados alugavam carro no início, o que gerava uma renda menor, já que parte de sua remuneração era para pagar o aluguel do veículo, como ressalta o entrevistado A: “trabalhava 15 dias para pagar o aluguel e os outros 15 dias para as despesas com o carro e ter uma renda para a família”.

Como relatado, a grande maioria dos entrevistados se inseriram no trabalho por aplicativo devido a perda do emprego pela pandemia, sendo assim, a média de tempo neste trabalho está em torno de 1 ano a 1 ano e meio.

Com relação à jornada de trabalho todos os entrevistados relataram rotinas extensas e exaustivas, pois trabalham 6 dias da semana com folga variando os dias da semana, e rodam com o carro de 10 a 12 horas de trabalho diários, sendo que acabam trabalhando em horários de maior movimento (início da manhã, horário do almoço, no final da tarde e nos finais de semana pela madrugada).

A justificativa para o aumento da rotina de trabalho ocorre devido a baixa remuneração das corridas que são repassadas pela Uber; o gasto excessivo com o veículo (seu instrumento de trabalho) e principalmente, pela alta do preço dos combustíveis. Não são considerados empregados do aplicativo, não são registrados e nem recebe seguridade social. Assim, são considerados prestadores de serviços e recebem somente a partir das corridas realizadas e somado aos gastos com seu instrumento de trabalho a saída é o aumento de horas trabalhadas de modo que possibilite obter uma remuneração que garanta a sobrevivência de sua família.

As consequências da exaustiva rotina de trabalho reflete em vários problemas de saúde, como é relatada pelo entrevistado B: “Há dois meses pesava 85 kg e hoje estou com 72 kg” alegando que não tem hora para almoço, bem como muitas vezes não consegue realizar uma refeição adequada. O entrevistado A também reforçou que: “Não tem hora para almoçar”,



tanto que sua entrevista foi realizada às 16 hs e o mesmo ressaltou que acabou de almoçar, já que não consegue fazer suas refeições em horário adequado e junto com a família.

Outra forma de controle sobre os trabalhadores de aplicativo diz respeito a forma de remuneração, pois todos os entrevistados ressaltaram que não compreendem os valores recebidos pelas corridas. Segundo o entrevistado A: “Tem corrida que foi R\$30,00 e ganho só R\$2,00 e outras de R\$25,00 que ganhei R\$20,00”. Alegam que há uma fórmula de cálculo, porém muitos dos trabalhadores tem dificuldade na compreensão do mesmo, o que torna o valor de seu trabalho desconhecido pelo sujeito que o realiza. E como já ressaltamos, a baixa remuneração impõe ao trabalhador o aumento de sua jornada de trabalho, somando ao fato que a maioria dos entrevistados tem a renda do trabalho por aplicativo como a única fonte de renda, e em alguns casos, a única renda de toda a família.

A questão da remuneração mensal dos trabalhadores também tem reflexo nas rotas e destinos de suas corridas. Com a alta exacerbada dos combustíveis nos últimos meses, há uma desistência e cancelamento elevados na aceitação das corridas pelos trabalhadores. Ou seja, quando a distância do passageiro está a mais de 3 km o motorista não aceita a solicitação.

A violência no município de Rio Branco é outro fator que leva os trabalhadores por aplicativos a negar/cancelar corridas a determinados bairros. Nos últimos tempos tem aumentado as ocorrências policiais de assalto e sequestros de motoristas.

Os entrevistados também relataram que trabalham juntamente com outros aplicativos, além da Uber, sendo a 99 o mais mencionado, porém este último tem muitas chamadas pelos consumidores pelo valor abaixo se comparado à Uber, mas para os motoristas, os mesmos preferem a Uber já que alegam que pela 99 o trabalho é mais perigoso, pois a empresa não é tão criteriosa no cadastro de trabalhadores e de passageiros.

Nesse sentido, o aumento do cancelamento e desistência nas corridas pelos trabalhadores tem proporcionado o aumento do desligamento dos trabalhadores pelo aplicativo. Este aspecto demonstra o controle da empresa-aplicativo sobre o trabalhador. Alegam que são prestadores de serviço, que tem liberdade para escolher seus horários, suas rotas, seus passageiros, porém evidenciam-se, na prática, que os trabalhadores não podem escolher passageiros, rotas, desconhecem a remuneração de seu trabalho, ou seja, não são autônomos, mas sim controlados pela empresa.

Nesse sentido, há inúmeros casos de ações no Ministério Público do Trabalho para que as empresas-aplicativo reconheçam seu vínculo trabalhista, já que seu trabalho é totalmente controlado pela empresa, não tendo independência e autonomia nas suas funções laborais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises do sistema do capital e o advento do modelo neoliberal tem refletido na desregulamentação trabalhista e, assim, o avanço da informalidade e da terceirização como formas marcadas pela flexibilidade contratual, precariedade salarial e enfraquecimento dos laços sindicais.

Além disso, diante do meio técnico-científico-informacional com o avanço das tecnologias nos setores produtivos, tem gerado além do desemprego, novos proletários vinculados aos serviços da era digital, como é o caso dos trabalhadores de aplicativo.

A partir das leituras de referências sobre a temática, acompanhamento de reportagens e artigos, como também dos relatos dos entrevistados foi possível evidenciar as formas de precarização desses trabalhadores com a perda de sua autonomia frente ao seu trabalho que é controlado pelos algoritmos das empresas-aplicativo, a baixa remuneração diante do aumento da jornada de trabalho, problemas de saúde resultante da extensa carga horária semanal e diária, dentre outras.

Nesse contexto, a COVID-19 trouxe um aprofundamento da precarização do trabalhador, principalmente para os trabalhos desregulamentados, que diante do fechamento e/ou restrição do comércio cresceu os serviços de entrega, porém os trabalhadores relataram que não houve fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como máscara e álcool em gel pela empresa-aplicativo Uber.

Portanto, cresce uma nova modalidade de trabalho marcada pela informalidade, terceirização, falta de seguridade social e controle do capital sobre o trabalhador.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: maio de 2019.

AC 24 HORAS. **IBGE**: informalidade atinge 56,1% dos trabalhadores acreeanos, diz Ministério. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2017/07/05/ibge-informalidade-atinge-5651-dos-trabalhadores-acreeanos/>. Acesso em: maio de 2019.



ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil: perspectivas para a década de 2020. **Margem Esquerda**. Revista da Boitempo. N.31. 2º semestre de 2018. p.35-41.

ALVES, Giovanni. **Condição de proletariedade**. A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ANTUNES, André. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores**. Entrevista com Márcio Pochmann 2018. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os>. Acesso em: maio de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

A UBER. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: maio de 2019.

FILGUEIRAS, Victor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista Contratempo**. Niterói, V.39, N.1, p. 27-43, abr-jul/2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.



MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo. Conflitos e superações no espaço do capital.** Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

REVISTA FORUM. **Nove motivos para você se preocupar com a nova lei da terceirização.** 2015. Disponível em:

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/nove-motivos-para-voce-se-preocupar-com-a-nova-lei-da-terceirizacao/>. Acesso em: maio de 2019.

RODRIGUES, Iryá. **Com 64 mil desempregados, Ac foi o que mais perdeu postos de trabalho, aponta IBGE.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/05/16/com-64-mil-desempregados-ac-foi-o-que-mais-perdeu-postos-de-trabalho-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: maio de 2019.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Geografia do Trabalho por inteiro.** Revista Pegada On line. V.19, n.02, maio/agosto de 2018, p. 06-56.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.